

O APRENDER E O ENSINAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – EXPERIÊNCIA DA ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL, CONGÊNITA.

Maria Elizabete dos Santos Dantas¹

Ângelo Gustavo Mendes Costa²¹

Resumo

Este artigo apresenta um estudo que envolve a Educação Inclusiva, tomando como referência o caso de uma adolescente com Deficiência Visual, do Município de Baraúna no Rio Grande do Norte. Destacamos como objetivo geral do presente estudo “Investigar o processo de ensino e aprendizagem de uma aluna com Deficiência Visual (DV) no ambiente escolar, familiar e institucional em um centro especializado de apoio a pessoa com Deficiência Visual. Em termos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa. Além disso, se constituiu como estudo onde realizamos o acompanhamento por meio da observação participante. Outro aspecto observado como resultado do estudo realizado foi a importância do bom relacionamento familiar e escolar para o desenvolvimento sócio afetivo e cognitivo da aluna. Do mesmo modo, observamos a importância da sala de recurso do Atendimento Educacional Especializado - AEE como ferramenta fundamental no auxílio do desenvolvimento integral da adolescente com deficiência visual.

Palavras-chaves: Deficiência Visual, Educação Inclusiva, Aprender e Ensinar.

Introdução:

Este artigo apresenta uma experiência e estudo acerca da Educação Inclusiva. Se detém ao processo de ensinar e aprender no âmbito na educação especial. Tendo como referência a “experiência da adolescente com deficiência visual”, no Município de Baraúna- RN. As escolas, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, necessitam desenvolver um ensino inclusivo com crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

A aprendizagem tem uma dimensão subjetiva envolvida com a ação singular do sujeito que aprende, na qual participam, em forma de sentidos subjetivos, ‘recortes de vida’ que representam as formas em que essa vida se configurou na dimensão própria de cada pessoa. (González Rey, 2006, p.30).

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduanda em Atendimento Educacional Especializado – AEE pela UFRSA.

² Graduado em Matemática pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Professor orientador do curso de Atendimento Educacional Especializado e Professor Formador do IFESP/SEEC e Técnico em Assuntos Educacionais da UFRSA.

Diante desse contexto, decidimos realizar o presente estudo que traz como tema central a diversidade na aprendizagem de uma jovem adolescente de ativa, criativa e intencional no seu processo de ensino aprendizagem nos modos e formas de reconhecimentos de si mesma no ambiente de sala de aula, no ambiente de acompanhamento especializado (CADV) e em aspectos do ambiente familiar. como procedimentos metodológicos de nossa pesquisa, realizamos o acompanhamento, por meio de observação e participação na residência, na escola em que estudar regular e no Centro de Assistência ao Deficiente Visual-CADV, localizada no município Mossoró-RN.

Esse acompanhamento foi importante para obtermos uma leitura mais abrangente para o processo de ensino e aprendizagem da adolescente, bem como pensar a respeito de como se dá o seu desenvolvimento nos diferentes ambientes que compõem sua vida diária, a saber: a escola, o CADV e o ambiente familiar.

Esse estudo qualitativo, no qual valorizamos as interações que a adolescente acompanhada apresenta com a realidade da qual faz parte, (MEDEIROS; VARELA; NUNES, 2017). Para Lüdke e André (2013), a abordagem qualitativa é rica, enquanto dimensão da pesquisa em educação, haja vista que nos permite a compreensão nos fatos estudados com especificidades, como na produção dos sentidos contribuindo com a superação nas dicotomias individual-social, cognitivo-afetivo, representando no nível qualitativo ao integrar e compreender a aprendizagem no cenário da realidade da aluna, com espaços sócios relacionais nela envolvidas.

Para ajudar a compreender o processo de ensino e aprendizagem de pessoa com deficiência visual em uma escola pública da rede municipal de ensino de um município do Rio Grande do Norte, procuramos atender os seguintes objetivos específicos(a) Descrever o processo de ensino e aprendizagem, no âmbito da Educação Inclusiva, que permeiam o fazer pedagógico do professor com recursos utilizados na sala de aula com a aluna com Deficiência Visual; (b) Analisar o desenvolvimento da adolescente, desde a concepção até os meios metodológicos e recursos concretos voltados para a aprendizagem significativa da adolescente com Deficiência Visual; (c) Contribuir nas intervenções aplicadas a aluna com Deficiência Visual em seu ambiente de convivência e na interação social (Escola, CADV , familiar).

Em parâmetro metodológica a pesquisa foi desenvolvida validando a abordagem qualitativa. Além disso, se formou um estudo de campo, realizamos acompanhamento por meio de entrevistas, atuando na história da aluna.

A partir dos produzidos baseados nas leituras educacionais, nesse sentido procuramos analisar o processo de ensino e aprendizagem da adolescente mencionada anteriormente, para entender as especificidades da mesma, inclusive o relacionamento da família com a escola.

Ambas, família e escola devem trabalhar em conjunto e se apoiarem mutuamente. Pois, tal parceria é fundamental no desenvolvimento social, escolar e familiar da adolescente. Observamos ainda que a escola possui equipamento de apoio educacional especializado, que está disponível na sala de recurso do AEE (Atendimento Educacional Especializado), que servem como recursos auxiliares no desenvolvimento integral de alunos com necessidades educativas especiais - NEE.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA- ASPECTOS TEÓRICOS E NORMATIVOS

Na presente seção abordaremos aspectos teóricos e normativos da educação inclusiva no Brasil. Além disso, apresentamos considerações a respeito do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Refere-se ainda a uma breve abordagem sobre conceitos norteadores ao tema central da pesquisa: O aprender e o ensinar na Educação Inclusiva.

No Brasil, ainda no século XIX, José Álvares de Azevedo (também com cegueira) que acabara de concluir seus estudos na França, no Instituto de Meninos cegos de Paris, foi apresentado ao Imperador Dom Pedro II, que ficou encantado com a explanação e com a forma detalhada da apresentação do Sistema Braille.

A partir dessa ocasião, a cegueira não foi mais considerada como algo envolto à desgraça. Nesse período foi fundado no Rio de Janeiro-Brasil, por meio do decreto imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, primeira Instituição da América Latina no atendimento às pessoas com Deficiência Visual, no momento nominado de Instituto Benjamin Constant (IBC) (Viginheski et al., 2014) e (Garcia; Braz, 2020).

De acordo com Viginheski et al. (2014) dizem que o Sistema Braille é um código universal usado para a leitura e a escrita por pessoas com deficiência visual. Foi

criado na França por Louis Braille, em 1825, um jovem com cegueira. Desse modo, reconhece-se na literatura educacional, o ano de 1825 como o marco desta conquista importante para a educação e a inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade (Viginheski et al., 2014).

Atualmente, existem várias leis, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que buscam de algum modo assegurar e reparar os vários anos de exclusão em que viveram as pessoas com necessidades especiais no País (BRASIL, 2015). Apesar do grande avanço que tivemos nos últimos anos, conforme afirma Garcia e Braz (2020), não existem muitos estudos sobre as diferentes necessidades especiais das pessoas com deficiência. De maneira geral, o atendimento era feito quase que exclusivamente em centros ou escolas especializadas, sem um trabalho de inclusão realizado no interior das escolas de educação básica.

Com esse cenário, muitas crianças viviam excluídas da sociedade. Ao longo do tempo foram surgindo vários movimentos com reivindicações para que o atendimento e o acolhimento com as pessoas com deficiências se tornassem mais efetivos, bem como medidas contra o preconceito fossem desenvolvidas (gaudenzi; Ortega, 2016).

Temos que a Constituição Federal de 1988 foi um dispositivo legal pioneiro ao tratar da inclusão e formas de atender crianças com necessidades educacionais especiais. Em seu art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e no Art. 208 alude-se que é dever do estado o “Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Apesar desse apontamento, sabemos que a caminhada não foi fácil e não é menos fácil. Pois, a garantia da inclusão educacional, mesmo garantida em lei, nem sempre é efetivada.

Em se tratando, particularmente, de crianças com deficiência Visual, existem ainda muitos desafios a serem superados. Sabemos da existência de práticas pedagógicas específicas para ensinar crianças com cegueira total, porém é preciso ter uma sensibilização também acerca de crianças que apresentam baixa visão. Alguns casos, conforme diz Amiralian (2004), não são percebidos pela família e a escola acaba tendo mais essa missão de diagnosticar e fazer com que a família procure acompanhamento médico especializado.

Concordamos com Amiralian (2004, p. 22) quando ele diz que,

Sabe-se o que é enxergar, mas é muito difícil compreender limitações que variam não só em relação à acuidade visual, mas, também, em relação ao campo visual, à sensibilidade aos contrastes, à adaptação, à luz e ao escuro, à percepção de cores e, à eficácia no uso da visão. (Amiralian, 2004, p. 22)

Nesse contexto a escola sempre será uma instituição social importante para todos (LIBÂNEO, 2013). Quando se trata do trabalho de “socialização” é muito relevante que criança ou adolescente “normais” ou sem necessidades educacionais especiais estejam integradas com as outras pessoas com necessidades especiais.

Nesse cenário a missão da escola vai muito além do que ensinar a ler e a escrever, (FREIRE, 2015; MEDEIROS, 2018), é notório o quanto uma criança aprende se socializando e interagindo com as demais. Assim, as leis que tornam obrigatória a matrícula de crianças com necessidades especiais nas escolas, aconteceu depois de muitos estudos que demonstraram o quanto é benéfico a inclusão na escola, porém é impossível pensar um sistema educativo inclusivo mantendo o mesmo sistema de décadas atrás.

A ausência de conhecimento especializado dos profissionais que atuam no meio educacional é uma das principais barreiras para que a educação inclusiva e de qualidade aconteça como de fato deveria ser.

Além disso, alertamos para o fato de que o governo que elabora as leis é o mesmo que não investe em uma estrutura adequada nas escolas. Concebemos que as leis publicadas na história a respeito da educação inclusiva foram significativas e representaram um passo importante rumo a uma efetiva educação inclusiva no Brasil.

A missão da educação nos dias de hoje é se tornar cada vez mais inclusiva, haja vista que o ensino necessita priorizar a aprendizagem do aluno, centralizando a atenção para o crescimento do aluno em sua integralidade, seja ela com ou sem necessidades educacionais especiais.

CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E O AEE

É notório o aumento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, sejam elas públicas ou privadas. Essa mudança não tão recente, mas que vem fazendo grande diferença nos últimos tempos em virtude normas como o Decreto-Lei nº 7.611, de 2011 que garante aos alunos com necessidades educativas especiais o Atendimento Educacional Especializado – AEE, garantindo ao aluno o acompanhamento

e a acessibilidade necessária para suprir todas as suas necessidades intelectuais e físicas no âmbito escolar.

Para que isso seja realizada da melhor forma possível, a lei também garante a esses alunos um profissional de apoio. Este deve acompanhar o aluno em todas as etapas e ser um ponto de apoio entre o professor e o aluno, ou seja, deve ser um facilitador entre eles e dar o suporte necessário aos alunos com necessidades educativas especiais. Para que possam compreender aquilo que está sendo desenvolvido no ambiente de sala de aula.

Nesse cenário, Brasil (2015), aponta que:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015, art. 3, p5).

Assim, de acordo com o artigo acima, o profissional de apoio tem como principal função auxiliar os alunos com necessidades especiais dentro de uma sala de aula para que eles possam acompanhar o desenvolvimento, além de oferecer e ser responsável pela higiene desse mesmo aluno dentro do ambiente escolar.

Apesar de ser assegurado por lei, é nítido e de conhecimento geral que isso não é exatamente o que acontece em todas as escolas, especialmente na rede pública de ensino. Isto é, muitas vezes há apenas um (a) professor (a) que é encarregado de ser responsável por toda turma, nesse caso, torna-se extremamente difícil e inviável ocorrer um apoio de forma integral para o aluno com necessidades especiais.

Entretanto, é de suma importância esclarecer que há um certo mal-entendido sobre os profissionais de apoio e os professores regulares da turma, ao professor de apoio, cabe a responsabilidade de acompanhar e de ajudar os alunos com necessidades especiais a se habituarem dentro de sala de aula e que sejam capazes de realizar tarefas, sejam elas tarefas auxiliares ou intelectuais referentes as disciplinas do seu nível de aprendizagem.

Aos professores regulares de sala de aula, cabe a responsabilidade de assegurar que os seus alunos sejam capazes de compreender e acompanhar o nível de ensino ali aplicado.

Para isso, segundo Minetto (2008, p. 101) “o professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo às coisas poderiam ter sido melhores”. Ou seja, os professores devem

planejar e produzir atividades de complexidade condizente ao nível de aquisição dos alunos especiais da sala.

Além disso, devem realizar feedbacks e se necessário mudar a estratégia de abordagem do conteúdo. Além de buscar metodologias e recursos que possam ser viáveis e interessantes, que possam ser atrativos para esses alunos e que possam atender as necessidades que eles apresentam.

Nesse contexto o professor de apoio deve auxiliar esses momentos, estando presente e demonstrando, assim como sua própria denominação define, um apoio ao aluno para que este possa ter o seu direito de aprendizado devidamente assegurado.

PERFIL DA ALUNA OBSERVADA E ACOMPANHADA - ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE – ALGUMAS ANÁLISES.

Após as explicações técnicas sobre a importância do AEE sua funcionalidade, partiremos agora para as observações feitas da aluna durante os dias em que se deu o presente estudo.

A aluna em questão trata-se de uma garota na sua fase pré-adolescente, residente na cidade de Baraúna- RN e estudante da rede pública de ensino daquele município, a mencionada aluna possui Deficiência Visual e por isso necessita de uma professora de apoio.

Atualmente a citada aluna, estar cursando o 7º ano do Ensino Fundamental II, já tendo passado por todo Ensino Fundamental dos anos iniciais em outra instituição de ensino da mesma cidade.

Em algumas visitas, observei sua rotina dentro de sala de aula e busquei me inteirar a respeito de suas interações no ambiente de sala de aula. Ao conversar com a adolescente, ela me relatou que sua mãe sempre a acompanha a sala de aula e a entrega para a auxiliar, que sempre está esperando.

A aluna já possui um lugar pré-determinado na sala, o qual os demais alunos respeitavam e tinham conhecimento que era reservado para ela. Seus livros e materiais eram organizados pela sua família de acordo com as disciplinas do dia, ainda segundo seu relato, suas disciplinas favoritas eram história e ciências e que gostava de produzir trabalhos na área.

Sua convivência com os demais alunos da sala era amigável e de muita interação. Os seus colegas a respeitavam e sempre buscavam interagir conversando ou a acolhendo dentro do ambiente da sala de aula.

De acordo com o que foi observado, os professores costumavam falar para toda turma, não existindo ali um momento de explicação individual para a aluna em questão. Além disso, havia uma outra dificuldade com relação as provas e testes, pois os professores não costumavam realizar atividades adaptadas, e, assim, a professora auxiliar deveria realizar esse momento de transição, lendo as questões em voz alta para que a aluna fosse capaz de responder e anotando na folha a resposta cedida por ela.

Uma das disciplinas que ela mais sentia dificuldade, de acordo com seu próprio relato era a matemática. Pois, infelizmente a aluna não era capaz de acompanhar devido à falta recursos nessa área na escola e de profissionais que estejam aptos a repassarem os conteúdos de forma eficaz para os alunos com condições especiais.

É indiscutível que dentre as dificuldades, se faz necessário lembrar que por se tratar de uma turma de 7º ano, a aluna possui diversos professores e que estes possuem tempos determinados em sala. Está turma possui 35 alunos assim, as dificuldades se somam com a falta de recurso especializados para proporcionar um bom desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

Apesar dos seus esforços para compreender a disciplina, é notório a necessidade de modificações e adaptações de atividades para a aluna, uma vez que naturalmente ela apresentou grande dificuldade em relação aos demais colegas de classe.

Ao falarmos de inclusão, não estamos mencionando somente a estadia de um aluno com necessidades educacionais especiais dentro de uma sala de aula, mas também no ato de acolher e modificar o ensino para que o estudante possa ter o pleno direito a educação.

Ainda sobre a inclusão o autor Mantoan (2015, p. 120) explica que,

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (Mantoan, 2015, p. 120).

Sendo assim, percebe-se que existe necessidade de mudança dentro de sala de aula. Atualmente já existem diversos recursos que podem ser utilizados como facilitadores no momento de ensino para crianças com deficiências visuais. Para isso a

escola deve estar disposta a adquiri-los pensando no bem-estar e na evolução dos seus alunos.

Esses recursos podem e devem ser utilizados pelos professores regulares da sala de aula ou otimizados no momento do acompanhamento individual na sala de AEE com os profissionais adequados.

Dessa forma, podemos afirmar que a inclusão não ocorre somente no momento em que se insere um aluno com necessidades especiais dentro de uma sala de aula, mais também no momento em que existe uma modificação nas metodologias, nos recursos utilizados e na interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Só existe de fato inclusão, quando todos possuem os mesmos direitos e as mesmas possibilidades de aprendizado, ou seja, quando todos são beneficiados com uma aprendizagem eficaz e igualitária que observa e acolhe todos independente das diferenças que possuem.

A ESCOLA, A FAMÍLIA E O CADV E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA VISUAL - ALGUMAS ANÁLISES.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) que garante que todas as escolas devem receber e matricular alunos com necessidades especiais, garantindo também não somente sua permanência na escola, mais também proporcionar educação de qualidade.

Uma das soluções encontradas para que isso ocorresse de fato foi a criação do Atendimento Especial Especializado - AEE, que garante um professor de apoio para acompanhar o aluno com necessidades especiais dentro da sala de aula regular.

Além de um lugar mobilizado com recursos necessários para atender as necessidades de cada aluno especial dentro da escola. O AEE normalmente está situado na sala multifuncional da escola.

Com a grande demanda de alunos especiais dentro da escola, muitas instituições passaram a reservar uma sala especialmente para esse fim. Sobre a resolução CNE/CEB, nº 4, de 02 de outubro de 2009 temos que,

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, art. 5º. p. 8).

Portanto, o AEE tem como objetivo auxiliar esses alunos e deve ocorrer de forma interligada com os demais professores e a família. Esse atendimento deve acontecer no horário de contra turno do aluno, para que não atrapalhe seu desempenho dentro de sala de aula regular.

Nesse momento de acompanhamento o aluno deve trabalhar o estímulo de novas habilidades ou reforçar os conhecimentos já adquiridos. Embora o acompanhamento seja feito, é nítido que ainda existem muitas dificuldades no que diz respeito ao ensino para crianças com necessidades educativas especiais.

Um deles infelizmente é o preconceito que alguns alunos e até mesmo professores possuem, uma mentalidade equivocada de que alunos especiais não são capazes de alcançar bons resultados. Isso faz com que seja uma luta constante afirmar que esses alunos possuem todo o direito de estar em um ambiente escolar e que sobretudo, são competentes suficientes para evoluírem cada vez mais quando recebem o devido acompanhamento de que tem direito.

Um dos elementos principais do processo de ensino aprendizagem é o professor, em particular quando se trata de educação especial. Nesse sentido um dos principais passos para se tornar um bom professor no universo da Educação Especial é estar disposto a modificar suas metodologias quando possível, para que todos os seus alunos possam ter oportunidades concretas de aprendizagens.

Na atualidade é possível encontrar diversos recursos pedagógicos que possam ser utilizados no momento de ensino de alunos com deficiência visual. Um dos mais comuns e conhecidos é o Braille, letras pontilhadas que permitem que o deficiente visual possa fazer leituras ao passar as pontas dos dedos sobre as formas que formam letras do alfabeto.

Com esse recurso, ter acesso a informações e conhecimentos em geral o que é direito de todos. Parafraseando as afirmações de Belarmino (2001), há muitos benefícios em se trabalhar com livros em Braille pois assim as crianças e adolescentes com

necessidades visuais podem ter acesso a ortografia e gráficos e podem desenvolver sua cognição da melhor forma possível.

Diante dos avanços tecnológicos e de recursos pedagógicos que auxiliam os professores e os estudantes que possuem necessidades visuais especiais a desenvolverem suas habilidades, um dos fatores que acabam atrapalhando esse desenvolvimento é a superproteção dos pais e até mesmo de alguns professores. Essa proteção exacerbada impede que os alunos possam expandir seus conhecimentos, isso vem de um grande processo errôneo que afirma que os deficientes visuais não conseguem acompanhar ou expandir suas habilidades e discernimento. É um trabalho árduo quebrar esse tabu de que todas as crianças ou adolescentes que possui DV não é capaz de absorver conteúdo,

Nesse contexto, concordamos com Silveira (2010, p. 51) quando ele afirma que,

[...] a criança cega pode alcançar o mesmo nível de desenvolvimento que a criança vidente, só que este desenvolvimento acontece de maneira diferente, por outras vias, por outros caminhos. O professor deve conhecer essas vias diferenciadas pelas quais conduzirá o processo de ensino-aprendizagem da pessoa cega [...].(Silveira 2010, p. 51).

Desse modo, pode-se afirmar que embora as dificuldades sejam diferentes daquelas de alunos sem necessidades educativas especiais. Os alunos cegos também podem desenvolver seus conhecimentos com o passar do tempo.

A grande diferença acontece na forma como isso ocorre. É nesse momento que é importante a escola e todo o corpo docente estar preparado e disposto a modificar sua metodologia para alcançar resultados de forma mais eficaz e inclusiva.

Sendo assim, pode-se afirmar que não é preciso haver uma grande modificação de atividades ou formas de ensino dentro de sala de aula, mas é imprescindível que todo corpo docente, juntamente com a equipe do AEE devem estar propensos a ajudarem e elaborarem com novas formas de ensino para que os alunos com deficiência visual possam ter garantido seu desenvolvimento social e cognitivo.

Em todo o processo de pesquisa, foi evidente o prazer que a aluna sentia ao estar dentro de sala de aula e sua vontade em aprender novos conteúdos.

Porém, observamos que as atividades da aluna citada anteriormente, acompanham o mesmo nível dos seus colegas de turma, uma vez que os professores não elaboravam novas atividades que pudessem ser adaptadas para a sua deficiência visual.

Além disso, suas interações com os colegas de classe ajudaram a se sentir acolhida dentro de sala de aula, essa interação é um fator necessário para o momento da aprendizagem. Nesse contexto concordamos com Glat (1995, p. 199) quando ela afirma que, “a interação não pode ser vista simplesmente como um problema de políticas educacionais ou de modificações pedagógico curriculares na educação especial, a interação é também um processo subjetivo e interrelacional”.

Ou seja, por meio da interação dos alunos no ambiente da sala de aula, docentes e todo corpo escolar podem aumentar suas habilidades sociais, no que se refere a educação inclusiva. O processo de interação torna-se de suma importância, uma vez que é por meio dele que a convivência em sociedade pode ser estimulada.

Outro ambiente de igual importância foi o acompanhamento da aluna ao CADV. É importante ressaltar que a aluna reside em uma cidade diferente ao da instituição, que se localiza precisamente na cidade de Mossoró- RN.

Os encontros aconteciam semanalmente e tinham uma duração de quatro horas. Esses momentos no CADV de grande importância para ampliar as capacidades cognitivas e sociais dos jovens com deficiência visual, pois, estes trabalham leitura e desenvolvimento com Braille, não sendo o único, mas sim o principal recurso utilizado. Pois, sua principal função é de preparar os jovens com deficiência visual para novos desafios e conhecimentos.

Desde o primeiro momento, é notório o quanto a jovem gostava daquele ambiente, uma vez que ela o frequentava desde a sua infância. Sendo assim, pode-se destacar a importância do CADV como espaço de apoio para crianças e jovens com deficiência visual, pois compreende-se não apenas como um lugar para “passar tempo”, mas sim, um espaço que promove a autonomia e a inclusão de jovens na sociedade.

Outro ambiente que observamos e que representa a primeira acolhida da criança com necessidades educacionais especiais é o familiar. No tocante a participação da família no desenvolvimento da adolescente, é perceptível o empenho dessa ao tentar minimizar os desafios na vida da jovem.

Um fato importante em relação a essa afirmação é o cuidado que pôde ser observado, foi o fato da presença constatar da família sempre acompanhando a aluna até a escola diariamente, uma vez que o ensino foi uma das grandes prioridades dos pais quando perceberam que a jovem poderia frequentar uma escola.

Isso não aconteceu somente pela sua obrigação como pais e família, mas também com satisfação ao dar conta de que a estudante está sendo capaz de adquirir novas habilidades e interagir com crianças da sua mesma faixa etária.

Assim, concordamos com Buscaglia (1997, p. 78) quando ele afirma que a família,

[...] desempenha importante papel na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e social, no estabelecimento da cultura e das instituições. Como influente força social, não pode ser ignorada por qualquer pessoa envolvida no estudo do crescimento, desenvolvimento, da personalidade ou do comportamento humano (Buscaglia, 1997, p. 78).

Portanto, nessa afirmação observa-se que o papel da família vai muito além de que apenas matricular uma criança ou jovem em uma instituição de ensino, mas também cabe a família acompanhar em diversos sentidos o seu crescimento e evolução.

De acordo com a mãe da jovem, ela sempre busca participar dos eventos promovidos pela escola e incentivar a maior interação possível da adolescente. Um dos principais desafios destacados é o preconceito que a jovem sofre por pessoas que não possuem conhecimentos suficientes para compreender que pessoas com deficiência visual também podem ter uma vida digna e autônoma.

Nesse sentido os pais da jovem buscam sempre estratégias e novas informações que possam auxiliá-los e que garantam um bom acompanhamento para que esses preconceitos sejam combatidos e acima de tudo, se certifiquem de que o direito de aprendizagem da filha está sendo respeitado. Esse acompanhamento torna-se essencial para o sucesso escolar e pessoal da jovem, pois os pais se tornam parceiros do ambiente escolar em benefício da educação da sua filha.

PERCUSO METODOLÓGICO

Toda a pesquisa e a observação foram baseadas numa abordagem qualitativa. Para os autores Lüdke e André (2013) essa abordagem não se refere a quantificar sujeitos ou informações em uma pesquisa, sendo assim, seu principal foco se refere a compreensão produzida e fundamentada em um conjunto de acontecimentos e fatos da realidade pesquisada, nesse caso se referindo as experiências desta determinada aluna.

Nesse sentido concordamos com Piana (2009, p. 169) quando ela afirma que,

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. (Piana, 2009, p. 169).

Portanto, para que uma pesquisa seja oficialmente determinada como qualitativa, deve haver uma observação realizada diretamente com o sujeito de estudo ou um acompanhamento direto de acordo com as necessidades e objetivos da pesquisa em questão, juntamente com pesquisas e leituras que possam respaldar suas teorias e/ou objetivos de estudos.

Sendo assim, as observações foram realizadas juntamente com a própria aluna dentro de três espaços principais: escola, ambiente familiar e Centro de Assistência ao Deficiente Visual (CADV), Mossoró – RN, todas com a autorização prévia da família.

Como ferramenta de coleta de dados, além da observação mencionada anteriormente, utilizamos também como recurso o diário de bordo, no qual descrevíamos as informações mais relevantes para o presente estudo.

Sobre as observações realizadas durante esse período, uma delas foi a experiência da aluna dentro de sala de aula. Nesse momento, ficamos atentos a rotina diária da adolescente na escola, seu dia-a-dia e suas participações e interações com os demais colegas de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao ensino de crianças com necessidades especiais, pode-se afirmar que existe um grande processo de lutas e de conquistas como as leis que asseguram o direito básico de ensino para crianças com deficiência visual no Brasil, porém, ainda existe um grande caminho a percorrer.

Inúmeros desafios ainda precisam ser superados, especialmente no que diz respeito as estruturas de escolas e instituições de ensino que precisam estar preparados para receber esses alunos de maneira mais confortável.

É fundamental a necessidade de professores capacitados para as situações mencionadas anteriormente, aliado a falta de condições materiais e de pessoal capacitado e valorizado no ambiente escolar é um dos grandes problemas para se atingir o ideal de uma Educação realmente inclusiva.

O momento de aprendizado não deve ser apenas responsabilidade do AEE mais sim de todo corpo docente, da família e da comunidade escolar. Passar toda a responsabilidade para a sala de atendimento educacional especializado, e, ou, apenas para os professores de apoio é negar um direito básico e integral das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Educação Especial completa e integral, proporcionando desenvolvimento sócio afetivo, motor, social e cognitivo é um direito universal de todos aqueles que dela necessitam, e não apenas um momento paliativo de atenção no ambiente escolar.

Em se tratando de pessoa portadora de deficiência visual, assim como em outros tipos de necessidades educacionais especiais, as dificuldades se intensificam, pois as dificuldades específicas de cada caso são únicas.

O primeiro passo para a superação ou mesmo uma ação que amenize a situação das necessidades educacionais especiais, deve partir de todos os segmentos (família, escola e instituições especializadas) envolvidos nesse processo e que podem e devem contribuir para que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam alcançar bons resultados de desenvolvimento pessoal, social e cognitivo por meio de tudo que uma educação realmente inclusive pode proporcionar.

Como forma de contribuir para o que foi mencionado anteriormente tenha uma possibilidade de acontecer como realmente deveria ser, os segmentos envolvidos nesse processo como os pais e toda comunidade escolar devem preparar um ambiente acolhedor e que se mostre seguro, para que as crianças com necessidades educacionais especiais possam ser acolhidas e tenham a oportunidade de desenvolver a confiança necessária para compreender que esse momento é benéfico para sua vida e sua própria autonomia.

A jovem que foi o sujeito dessa pesquisa, demonstrou ter sempre vontade de aprender cada vez mais apesar de suas necessidades educacionais específicas. Ela é muito inteligente e tornou-se sociável com os demais colegas e pessoas da escola, o que facilitou no processo de confiança, contudo, não pode ser negado que ainda existem muitos preconceitos ao seu redor e isso é um dos problemas que infelizmente a jovem deverá enfrentar durante todos os seus anos letivos.

Sendo assim, é perceptível que o desenvolvimento da jovem com Deficiência visual envolve diversos fatores, mas o empenho em conjunto entre família e escola foi decisivo para promover um desenvolvimento educacional significativo.

Essa parceria foi visível durante todo processo de pesquisa, pois os pais estavam dispostos a sempre procurar meios que ajudassem sua filha, com centros de ajuda, informações e a garantia de ensino básico com a melhor qualidade de vida possível.

A jovem atualmente já demonstra muita desenvoltura e força de vontade de aprender, ou seja, esse apoio familiar juntamente com a equipe pedagógica e de profissionais especializados, foram fundamentais para o desenvolvimento cognitivo da jovem bem como para sua autonomia na vida escolar, familiar e social.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L. T. M. Sou Cego ou enxergo? As questões da Baixa Visão. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 23, 2004.

BELARMINO, J. As novas tecnologias e a “desbrailização”: mito ou realidade. Seminário Nacional de Bibliotecas Braille, 2 Ed. João Pessoa, 07 a 11 de maio de 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. 1988.

BUSCAGLIA, L. Os deficientes e seus pais. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

____. Atendimento Educacional Especializado Deficiência Visual: formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. Brasília: SEESP/SEED, 2007.

____. Resolução 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009.

GARCIA, F. M.; BRAZ, A. T. A. M. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 622-641, jul./set. 2020.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10):3061-3070, 2016.

GLAT, R. A Integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Selte Letras, 1995.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: GEN, 2013.

MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2015.

MEDEIROS, E. A.; VARELA, S. B. L.; NUNES, J. B. Carvalho. Abordagem Qualitativa: estudo na Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (2004 – 2014). Holos, v. 2, p. 174-189, ago. 2017.

MINETTO, M. F. O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

PIANA, M. C. A Pesquisa de Campo. In: PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVEIRA, C. M. Professores de alunos com Deficiência Visual: saberes, competências e capacitação. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

VIGINHESKI, L. V, M.; et al. O sistema Braille e o ensino da Matemática para pessoas cegas. Ciênc. Educ., Bauru, v. 20, n. 4, p. 903-916, 2014.